

# 62 prédios públicos estão irregulares

O levantamento da própria Prefeitura reúne só os imóveis com serviços da Secretaria Municipal da Saúde. Mas o pente fino continua

DÉBORA PEDROSO  
DAREDAÇÃO

Casa de ferro, espeto de pau. O dito popular pode ser bem aplicado à Prefeitura de Santos quando o assunto é o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). Levantamento da Secretaria Municipal de Edificações e Infraestrutura (Seid) aponta 62 prédios irregulares.

Esse número representa apenas os imóveis dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde. O pente fino vai prosseguir pelas secretarias de Assistência Social, Esportes e Educação.

Mas a regularização dessas construções deve levar tempo. Isso porque, em alguns casos, serão necessárias obras de adequação às normas de segurança.

“O projeto técnico do Pronto-Socorro da Zona Noroeste é analisado pelos Bombeiros e o dos outros (PSs) deve ficar pronto até o fim do mês. Quando houver um OK desse projeto à legislação, faremos uma licitação para adequar o edifício”, explica o secretário adjunto da Seid, Nilson Barreiro.

Os edifícios são classificados de acordo com a metragem. Aqueles que têm mais de 700 metros quadrados exigem projetos técnicos. O menor grau de proteção é aplicado aos de tamanho inferior. Apesar de integrar a equipe do governo anterior, Barreiro desconhece quantos imóveis estão irregulares.

“Ainda não tenho um levantamento, mas sei que as obras a partir de 2010 já têm auto de vistoria. Podem não estar renovados, mas os equipamentos estão em condições de funcionamento. Claro, tudo em condições de manutenção”.

A situação pode tomar uma proporção ainda maior se o alvo forem as casas de espetáculos sob responsabilidade da Administração. A exemplo do Teatro Coliseu, as portas de outros famosos endereços do entretenimento e da



Projetos técnicos dos três prontos-socorros municipais, incluindo o Central, são analisados pelos Bombeiros e aguardam possíveis adaptações



Audiência pública que discutiu o tema esclareceu as dúvidas dos empresários do setor de entretenimento

cultura também podem ser fechadas.

“Se for levantado que há problema, com certeza isso (o fechamento) será feito. Quando houver uma posição final desses outros imóveis, a Prefeitura, como fez a respeito do Coliseu, vai tomar as medidas necessárias”, diz o secretário de Finanças, Álvaro dos Santos Silveira Filho.

Já o representante do Corpo de Bombeiros declara que só age mediante solicitação da Prefeitura. “O Corpo de Bombeiros faz a sua parte, que é a análise de projetos e vistoria quando é convocado. Não sabemos a quantidade de prédios públicos que estão assim (em situação irregular). O bombeiro não tem poder de polícia”, explica o comandante do 6º Grupamento de Bombeiros, coronel Wagner Silvério.

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) foi tema de audiência pública realizada ontem à tarde, na Câmara. Mas o encontro aconteceu para esclarecer dúvidas de empresários do ramo de entretenimento.

Mesmo assim, a irregularidade dos imóveis da Prefeitura acabou sendo motivo de protesto para vereadores. “Se nem a Prefeitura, o Teatro Municipal e escolas têm (o AVCB)? Para cobrar e exigir dos comerciantes isso seria o mínimo”, argumenta o parlamentar Antonio Carlos Banna Joaquin (PMDB).

Já o presidente da Câmara, Sadao Nakai (PSDB), prefere fugir dessa polêmica. “Na Prefeitura, na Santa Casa (da Misericórdia), certamente há riscos, mas o nível de perigo é bem inferior ao de uma casa noturna. Não podemos colocar num aspecto de avaliação dois estabelecimentos com frequência e uso diferentes no mesmo peso”, pondera.

## Sem números



“Não sabemos a quantidade de prédios públicos que estão assim (em situação irregular)”

Coronel Wagner Silvério, comandante do 6º Grupamento de Bombeiros



Donos de casas noturnas em Santos se queixam de alguns aspectos que dificultam os ajustes à legislação



O Bar Torto, tradicional no Canal 4, está sem o Auto de Vistoria desde 2005 e corre o risco de fechar

# Empresários dizem estar com as mãos atadas

Com casa cheia, a audiência pública de ontem virou palco de queixas para os empresários do entretenimento em Santos. A maioria vem de donos dos estabelecimentos no Centro.

Muitos dizem estar de mãos atadas diante das exigências para adequação às normas técnicas exigidas pelo Corpo de Bombeiros e previstas no Decreto Estadual 56.819/2011.

“Eu não sei aqui no Centro como será feito, pois são imóveis tombados. Investi R\$ 600 mil na minha casa noturna, uma das primeiras (da região). O AVCB vence em maio. Se eu não conseguir, entrego essa porcaria e vou embora”, afir-

ma Luiz Americo Mastellari Francisco, dono da Typografia.

O Café Central também sofreu com o rigor das fiscalizações. O comércio encerrou as atividades como casa noturna e funciona somente como restaurante. “Passei por várias forças-tarefas e nunca pediram o AVCB. Viramos bandidos depois da tragédia (na boate Kiss, em Santa Maria)”, desabafa o empresário Vitor Diniz.

O secretário municipal de Turismo, Luiz Dias Guimarães, admite que há distorções no regimento do Programa Alegria Centro. “A legislação precisa ser revista. Será que não houve exagero nessa proteção? Será que to-

## Torto pode fechar as portas

Há três décadas no cenário do rock santista e famoso por revelar bandas que despontaram nacionalmente, o Bar do Torto está na mira da fiscalização e pode encerrar as atividades. Desde 2005, o local não tem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e recebeu um ultimato da Prefeitura. A casa noturna funciona no andar térreo de um edifício residencial. O proprietário alega ser essa a razão pela qual não conseguiu o documento. “Quem tem autonomia para regularizar é o condomínio. Meu advogado já notificou o síndico e a situação não foi regularizada. Temos a triste missão de dizer que fomos intimados a encerrar as atividades”, lamenta Michel Pereira, dono do bar.

do tipo de atividade pode ser feita em qualquer rua? Vou defender um reordenamento”.

Para o vice-presidente da Associação das Casas Noturnas do Centro Histórico, Maurício

Bucheb, o problema é outro. “O Centro da Cidade é uma bomba relógio e a desgraça vai acontecer na rua. São mais de 20 casas com 300 pessoas saindo ao mesmo tempo. As ruas não têm condições de comportar esse pessoal”.

## OBSTÁCULOS

O encontro resultou na elaboração de dez encaminhamentos à Prefeitura. “Apontamos os obstáculos da legislação municipal, principalmente no patrimônio histórico, que impedem o cumprimento de normas e a expedição do laudo. Tem de haver uma força-tarefa para não penalizar os empresários”, concluiu

o vereador Sadao Nakai.

Segundo a Secretaria Municipal de Finanças, desde o início do ano, 32 casas noturnas foram vistoriadas: 17 cumprem as normas; sete encerraram as atividades e quatro estão embargadas. A Tribal é uma das que conseguiram deixar a documentação em dia. Não foram detalhadas as situações de outros três locais.

De acordo com o comando do 6º Grupamento de Bombeiros, só no mês de março 700 vistorias foram realizadas na Baixada Santista e no Vale do Ribeira. Em média, a elaboração do laudo pode levar de 30 a 60 dias, em caso de análise do projeto.